

Registro: 2021.0000880837

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1002044-13.2014.8.26.0445, da Comarca de Pindamonhangaba, em que são apelantes/apelados LUIZ DE PAULA (JUSTIÇA GRATUITA) e RITA DE JESUS DIAS DE PAULA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante VICENTE VALÉRIO MARTINS PEREIRA e Apelado INCORPORADORA PINUS LTDA EPP.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento dos autores e deram provimento parcial ao do réu. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FABIO TABOSA (Presidente sem voto), SILVIA ROCHA E JAYME DE OLIVEIRA.

São Paulo, 28 de outubro de 2021.

MÁRIO DACCACHE

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível nº 1002044-13.2014.8.26.0445

Processo originário nº 1002044-13.2014.8.26.0445

Apelante/Apelado: LUIZ DE PAULA e outro

**Apelado/ApelanteApelado: VICENTE VALÉRIO MARTINS
PEREIRA e outro, INCORPORADORA PINUS LTDA EPP**

Comarca: Pindamonhangaba

Juiz (a): Hélio Aparecido Ferreira de Sena

Voto nº 1132

Apelação – Acidente de trânsito – Vítima fatal filho dos autores – Procedência parcial do pedido indenizatório em face do motorista causador do sinistro, que foi condenado ao pagamento da indenização material e danos morais fixados em R\$ 75.625,00 para cada autor – Improcedência do pedido em relação à litisconsorte passiva pessoa jurídica por não estar caracterizada a situação de solidariedade prevista no art. 932, III, CC – Apelo dos autores buscando a extensão da condenação à empresa improvido, por falta de demonstração da relação empregatícia entre os réus – Apelo do réu condenado voltado a atribuir culpa concorrente à vítima – Inadmissibilidade – Elementos dos autos indicativas da culpa exclusiva do motorista do caminhão – Acolhimento, contudo, do pedido de redução do valor condenatório - Dentro da equação necessária ao arbitramento do valor indenizatório moral (dor da vítima, reprovabilidade da conduta do ofensor, condição socioeconômica das partes, proporcionalidade e moderação), cabível, na hipótese, a redução da condenação para R\$ 50.000,00, para cada autor – Sentença reformada em parte – Recurso dos autores improvido; provido em parte o do réu.

1. Versam os autos sobre ação de indenização por danos materiais e morais fundada em acidente de trânsito que vitimou fatalmente o filho dos autores.

A **sentença** p. 518/531 julgou parcialmente procedente a

ação em face de Vicente Valério Martins Pereira para condená-lo a pagar aos autores: (i) reparação dos danos materiais, no valor total nominal de R\$ 3.858,12 e (ii) compensação pelo dano moral, no valor de R\$ 75.625,00, a cada um, com correção monetária e juros moratórios especificados; julgando-a, porém, improcedente em face de Incorporadora Pinus Ltda EPP, porque não caracterizada a relação de subordinação entre esta e seu litisconsorte Vicente.

Apelam os autores, Luiz de Paula e Rita de Jesus Dias de Paula, buscando a extensão da condenação de Vicente a Incorporadora Pinus, por solidariedade (art. 932, III, CC).

Também **apela** o corréu Vicente aduzindo que a culpa pelo acidente fatídico foi concorrente e pugnando, subsidiariamente, pela minoração do valor arbitrado a título de danos morais.

Recursos tempestivos e sem preparo, mas todos os recorrentes são beneficiários da gratuidade judiciária.

Contrarrazões a p. 556/559 e p. 560/567.

É o relatório.

2. O inconformismo dos autores, no que diz respeito à condenação solidária de Incorporadora Pinus Ltda, não se justifica.

Não há nenhum documento comprovando a relação de emprego entre o motorista do caminhão que se envolveu no acidente automobilístico noticiado e a empresa Incorporadora

Pinus.

Aliás, convincente a alegação desta última de que o caminhão prestava serviço a terceiro visando à entrega de material em seu canteiro de obras.

Note-se que, em depoimento à Autoridade Policial que conduziu o inquérito criminal, o motorista declarou que, ao tempo dos fatos, “trabalhava em uma empresa de transporte de material” (p. 24), afastando, assim, qualquer ilação sobre estar subordinado à sua litisconsorte.

Acertada, assim, a improcedência da demanda em face da incorporadora, conforme anotado na sentença recorrida.

O apelo de Vicente Valério, quanto à pretensão de reconhecimento da concorrência de culpas, não procede.

Na contestação, alegou ele que, no local dos fatos, “afastou o veículo para a direita no acostamento, sinalizou a manobra com a seta, verificou os dois lados da Rodovia e finalmente, adentrou à rua destino” (p.60), que estava à sua direita.

Porém, analisando as imagens fotográficas apresentadas pelo próprio réu junto à sua peça de defesa, verifica-se que não há acostamento no trecho em que o acidente ocorreu, o que está confirmado pelo laudo realizado pela polícia técnica (p. 490).

Ora, então a versão zelosa do motorista não pode ser aceita.

Na sentença, o juízo singular descreveu como a manobra deveria ter sido feita, com observância da regra de circulação e conduta prevista no CTB (art. 38, II), mas a dinâmica dos fatos demonstra que a manobra foi realizada de modo descuidado, a ponto de o caminhão, ao realizar a conversão para a esquerda na referida rodovia, fechar a passagem do motociclista que vinha no sentido contrário da pista.

Note-se que não há nenhuma prova produzida nos autos a respeito da velocidade que era imprimida pela vítima no motociclo. Sendo assim, não se pode admitir que ele também concorreu para o resultado do acidente.

No que se refere ao valor arbitrado para a condenação dos danos morais, R\$ 75.7625,00 para cada autor, há que se fazer as seguintes ponderações.

Na lição de CARLOS ALBERTO BITTAR ("Responsabilidade Civil", Forense Universitária, 4^a ed., 2001, p. 114), o juiz deve analisar com acuidade as circunstâncias que orbitam o caso para o arbitramento do valor reparatório:

A fixação do 'quantum' da indenização, que compete ao juiz à luz das condições fáticas do caso em concreto, é o momento culminante da ação de reparação, exigindo ao intérprete ou ao aplicador da lei, de um lado, prudência e equilíbrio, mas, de outro, rigor e firmeza, a fim de fazer-se justiça às partes: ao lesado, atribuindo-lhe valor que lhe permita a recomposição de sua situação; ao lesante, cominando-lhe sanção que importe em efetiva reparação pelo mal perpetrado.

Para essa missão, que deve ser desenvolvida com o

auxílio dos peritos - os quais lhe oferecem os subsídios necessários para a decisão - cumpre ao magistrado analisar, com cuidado, de início, a prova produzida, quanto à existência e a extensão do dano e, em seguida, os fatores objetivos e subjetivos que, em concreto, podem interferir na determinação do valor, o qual deve, em função do exposto, satisfazer aos interesses do lesado e, de outro lado, sancionar o agente, desestimulando-o a novas práticas lesivas. (grifos meus)

Nessa linha, de se equacionar as circunstâncias para se encontrar um valor, vale também trazer o ensinamento de MARIA HELENA DINIZ sobre sua conclusão a respeito do arbitramento do valor indenizatório: “Na quantificação do dano moral, o arbitramento deverá, portanto, ser feito com bom senso e moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à gravidade da ofensa, ao nível socioeconômico do lesante, à realidade da vida e às particularidades do caso *sub examine*” (O problema da liquidação do dano moral e dos critérios para a fixação do “quantum” indenizatório. In: Atualidades Jurídicas 2, Ed. Saraiva 2001, p. 266/267)

E balancear todos esses elementos é tarefa delicada, pois cada caso apresenta suas particularidades.

Neste aqui, por exemplo, a conduta culposa do motorista Vicente deu causa ao acidente que levou a óbito o filho dos autores da demanda.

De outro lado, a dor experimentada por uma pessoa em decorrência da perda de um parente próximo, no caso dos autos a perda de um filho, não necessita de prova alguma, pois decorre

do fato em si (“in re ipsa”).

A sanção deve ser proporcional entre a conduta do ofensor e a dor experimentada pelas vítimas, sem, contudo, deixar-se de observar nessa equação a condição socioeconômica das partes. E a esse respeito poucas informações há nos autos.

Não há demonstração de que os réus são pessoas de posse. O réu Vicente é qualificado como motorista e, como consequência da ação penal, teve os direitos de dirigir cassados, o que lhe causou desemprego. Além disso, noticia estado de enfermidade oncológico.

Dentro dessas circunstâncias, a fixação da indenização em R\$ 151.250,00, embora num primeiro momento possa parecer condizente com a reparação pretendida quando comparada a casos similares, merece redução, levando-se em conta a qualificação do ofensor informada nos autos. Assim, dentro dos critérios de punição e compensação, entende-se mais moderado à hipótese o arbitramento da condenação em R\$ 100.000,00, sendo R\$ 50.000,00 para cada autor, sem que isso represente diminuição da dor suportada por eles ou diminua o grau da gravidade do acidente provocado pelo réu, tendo a minoração por objetivo a colocação do valor indenizatório em patamar de exequibilidade.

Portanto, acolhe-se em parte do apelo apenas para reduzir o valor indenizatório moral nos termos acima explicitados, mantida a sentença nos demais pontos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

3. Pelo exposto, nega-se provimento ao apelo dos autores e dá-se provimento parcial ao do réu.

MÁRIO DACCACHE
Relator